

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.155.793 - RS
(2017/0207798-2)**

AGRAVANTE : DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE
RODAGEM
PROCURADOR : ANDRÉIA WAGNER E OUTRO(S) - RS058328
AGRAVADO : JOSE DORIVALDO PRIMAZ
AGRAVADO : SILVIA ADELINA PRIMAZ
ADVOGADO : LEOPOLDO ANTÔNIO CARDOSO - RS053249

DECISÃO

O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Estado do Rio Grande do Sul - DAER/RS interpõe agravo contra a decisão que negou provimento a seu recuso especial, por reconhecer o prazo prescricional de 15 (quinze) anos para se pleitear a reparação originária de desapropriação indireta (fls. 329-335).

Sustenta não haver consenso jurisprudencial no tocante ao referido prazo, invocando precedentes que acolheram a tese dos 10 (dez) anos (fls. 341-350).

Não houve manifestação da parte contrária (fl. 354).

É o relatório. Decido.

A decisão agravada merece ser reconsiderada, mas não na forma como pretendida pelo agravante, no sentido de se reconhecer o prazo prescricional de 10 (dez) anos.

Mas porque, de fato, a respeito do tema controvertido no presente recurso, forçoso esclarecer que o Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar a matéria tratada nos Recursos Especiais n. 1.757.352/SC e 1.757.385/SC, sob a relatoria do Ministro Herman Benjamin, selecionados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina como representativos da controvérsia, decidiu pela afetação da matéria debatida (Tema 1019/STJ), com o sobrestamento dos recursos excepcionais que versem sobre a definição do prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta, nos casos em que o Poder Público realiza obras no local ou atribui natureza de utilidade pública ou de interesse social ao imóvel.

Confira-se a ementa dos julgados:

RECURSOS ESPECIAIS REPRESENTATIVOS DE
CONTROVÉRSIA. RITO DOS ARTIGOS 1.036 E SEQUINTE DO
CPC/2015. RESP 1.757.385/SC E RESP 1.757.352/SC. PROCESSUAL

Superior Tribunal de Justiça

CIVIL E ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. IMÓVEL LOCALIZADO EM FAIXA DE DOMÍNIO DE RODOVIA. DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA E REALIZAÇÃO DE OBRAS NO LOCAL. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO PRAZO DE 15 ANOS PREVISTO NO CAPUT DO ART. 1.238 DO CC OU DE 10 ANOS DO SEU PARÁGRAFO ÚNICO. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE AFETAÇÃO À PRIMEIRA SEÇÃO. ADMISSÃO.

1. Admitida a afetação com a seguinte delimitação da tese controvertida: "Definição do prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta na hipótese em que o Poder Público tenha realizado obras no local ou atribuído natureza de utilidade pública ou de interesse social ao imóvel, se de 15 anos, previsto no caput do art. 1.238 do CC, ou de 10 anos, nos termos do parágrafo único".

2. Recursos Especiais submetidos ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC (ProAfR no REsp 1757385/SC, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO Julgamento em 25/06/2019, DJe 01/08/2019).

Encontrando-se o tema afetado à sistemática dos recursos repetitivos, é orientação desta Corte Superior que os recursos que tratam da mesma controvérsia aguardem o julgamento do paradigma representativo no Tribunal de origem, de modo a viabilizar, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelo art. 1.040 do CPC de 2015.

Ante o exposto, reconsidero a decisão de fls. 329-335 e, em observância ao art. 1.040 do CPC/2015, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação do *decisum* com a definição do prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta na hipótese em que o Poder Público tenha realizado obras no local ou atribuído natureza de utilidade pública ou de interesse social ao imóvel: *a*) na hipótese da decisão recorrida coincidir com a orientação deste Superior Tribunal de Justiça, seja negado seguimento ao recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou *b*) caso o acórdão recorrido contrarie a orientação deste Superior Tribunal de Justiça, seja exercido o juízo de retratação e considerado prejudicado o recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; *c*) finalmente, mantido o acórdão divergente, o recurso especial seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator